

Inclusão de alunos autistas no ensino regular: análise sobre as práticas pedagógicas

DOI 10.29327/235555.1.2-8

Francília Sousa Meneses¹
Francisca Maria da Cunha de Sousa²

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema que vem tomando notoriedade nas pesquisas atuais, sobretudo, na área educacional. Dessa forma, este trabalho propõe-se a realizar uma reflexão teórica com ênfase nas práticas pedagógicas voltadas para a inclusão do aluno com TEA na sala de aula regular, inserido na temática Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Assim, foi enfatizado o cumprimento das leis mais relevantes para o grupo da Educação Especial, em particular, os indivíduos com TEA. Este artigo tem por objetivo favorecer uma reflexão acerca da necessária transformação das escolas em espaços realmente inclusivos, a partir da compreensão da importância do acesso dos alunos com autismo a escola regular. Dessa maneira, buscou-se compreender como o docente que atua no ensino regular desenvolve práticas pedagógicas no trabalho de inclusão de alunos autistas. Nessa perspectiva, a temática reafirma a necessidade de que todos compreendam e aceitem a diversidade humana, e possam contribuir na construção de uma sociedade justa e igualitária, cabendo ao professor um olhar atento às necessidades de cada aluno, focando em suas potencialidades para que, de fato, esse aluno se sinta incluído, efetivando, assim, o processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Autismo; Educação Inclusiva; Leis; Professores.

Introdução

Os meios educativos atualmente vêm passando por um processo de grandes transformações educacionais, processos estes, que têm buscado uma organização no ensino, acabando por reproduzir, dentro desse espaço, o denominado fracasso escolar, no qual se expressam os altos índices de evasão, com o desafio de efetivar, na prática, os direitos assegurados para todos (CARVALHO, 2007). Esses problemas envolvem o meio político, social e educacional, evidenciando, assim, um sofrimento global, pois todo ser social está envolvido nesse sistema.

Não se pode negar que, ao longo do tempo, ocorreram inúmeros progressos em comparação a outrora, mas o que se tem verificado durante esse espaço temporal são ações desorientadas no que tange ao ensino, bem como, estratégias

¹ Professora Especialista em Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto Federal do Piauí (IFPI). Professora da rede Municipal de Ensino do Piauí na cidade de Piripiri (PI). E-mail: franciliameneses967@hotmail.com

² Doutora e Mestre em Educação (UFPI). Especialista em Docência do Ensino Superior. Licenciada em Normal Superior e Pedagogia (UESPI; FAIBRA), Professora Efetiva do Curso de Pedagogia da UESPI. E-mail: franciscacunha@prp.uespi.br

de aprendizagem, entre elas, as de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, que é o objeto de estudo desta pesquisa. O interesse em pesquisar sobre a referida temática se deu pela necessidade de investigar a relevância da inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular, haja vista que a escola necessita oportunizar condições de acesso e permanência a todos os discentes. Nesse contexto, o presente trabalho apresentou como problemática: compreender, através de pesquisas bibliográficas, como ocorre o processo de inclusão de alunos com TEA nas salas de aula regulares.

O presente trabalho possui como objetivo geral: analisar como ocorre o processo de inclusão de alunos com TEA nas salas de aula regulares; e, como objetivos específicos: compreender o conceito de autismo; identificar os fatores histórico-culturais como fonte de influência motivadora para as práticas de inclusão; conhecer como ocorre a inclusão do autista dentro da sala de aula, a partir da relação professor-aluno autista.

A partir do interesse em pesquisar sobre como ocorre o processo de inclusão de alunos autistas, foi realizado um estudo bibliográfico, baseado em leituras de aportes teóricos que ampliam a discussão da temática e abordam a compreensão de aspectos importantes à inclusão efetiva na sociedade, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) (BRASIL, 2008), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001) (BRASIL, 2001), a Lei nº 13.146/15, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de 2015 (BRASIL, 2015), e a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012). Complementando, recorreu-se a autores que retratam essa trajetória e discussão sobre a inclusão e o TEA, como: Cruz (2014), Camargo e Bosa (2009), Gómez e Terán (2014), Suplino (2009), entre outros, que proporcionaram uma melhor fundamentação acerca do objeto pesquisado.

No decorrer do trabalho pesquisou-se sobre a definição do autismo e o conhecimento de suas características, seguido pelo estudo dos fatores histórico-culturais do autismo, que abordará o processo histórico do TEA até os dias atuais, sendo seguido pelo tópico que contemplará como ocorre o processo de inclusão

escolar de alunos autistas no ensino regular e, por fim, as considerações finais do estudo, levando em consideração que muito ainda há a se pesquisar acerca da referida temática, ou seja, os estudos aqui apresentados não se esgotaram apenas com essa pesquisa.

A Educação Inclusiva é um tema constantemente discutido e que tem como perspectiva mobilizar a escola para a inclusão do atendimento às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), visando, assim, oferecer uma educação de qualidade adequada para cada necessidade. Esse conceito tomou maior proporção na década de 90, quando a LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) trouxe artigos voltados para a Educação Especial, enfocando, desse modo, as condições atuais da escola, da prática docente e suas dimensões.

Assim, a partir da percepção de que muito já se conquistou no que tange à inclusão dos alunos com NEE, realizou-se uma reflexão sobre a importância de estudar questões de formação de professores, enfatizando que todos os cidadãos brasileiros têm o direito a uma educação de qualidade, incluindo tanto alunos sem necessidade especiais, quanto àqueles que as possuem.

Dessa forma, partindo de um tema específico, a pesquisa possuiu como base abordar a inclusão de alunos autistas em escolas regulares, trazendo um breve histórico desse transtorno, que é tão discutido na atualidade, mas que já vem há muitos anos sendo estudado pelos pesquisadores. Desse modo, a pesquisa visou contribuir partindo do estudo dos conceitos, assim como compreender como a equipe escolar tem se preparado para tal realidade.

Autismo: conceitos e características

Nos próximos tópicos, discute-se o conceito de autismo e sua incidência, bem como a importância do conhecimento do seu contexto histórico-cultural, tendo em vista a influência motivadora para a promoção da inclusão da pessoa com TEA, além de suas principais características e comprometimentos, levando em consideração que cada indivíduo com TEA possui peculiaridades e, portanto, deve ser tratado de forma a garantir seus direitos e aprendizagens, tendo em vista seus avanços e suas possibilidades de desenvolvimento.

Definição do autismo

É de fundamental importância o conhecimento do termo autismo e sua origem histórica, para que, desse modo, fique compreendido suas denominações e o que, de fato, é o autismo. Assim, pode-se dizer que autismo tem origem grega e que quer dizer “autós” ou “de si mesmo” e foi empregado dentro da Psiquiatria como forma de denominar comportamentos humanos que se centralizam em si mesmo, ou seja, voltados para o próprio indivíduo (ORRÚ, 2012, p. 17).

Para a classificação, alguns manuais de diagnósticos foram criados, como o Código Internacional de Doenças, que está na sua 10ª (décima) edição, o CID-10 (OMS, 2014). O autismo se encontra entre os Transtornos Globais do Desenvolvimento (CID 10-F84). Nestes, estão relacionados o Autismo Infantil (CID 10-F84.0), o Autismo Atípico (CID 10-F84.1), a Síndrome de Rett (CID 10-F84.2), Síndrome de Asperger (CID 10-F84.5), o Retardo Mental (F70-79), entre outros, classificados e codificados para facilitar a caracterização dessas condições patológicas e diagnósticos. Dadas as especificidades, eles também, são classificados pelo grau de comprometimento entre leve, moderado e profundo, englobando os níveis de dificuldade de aprendizagem e do comportamento.

O autismo, no entanto, levou certo tempo até ser categorizado como Transtorno Global do Desenvolvimento, pois antes era tido como uma psicose, só depois passou a ser distribuído em três áreas de comprometimento, as quais apresentam alterações no que tange a interação social, a comunicação e os interesses em atividades reservadas (LAGO, 2007). Com o padrão adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) foi então, reformulada a denominação da palavra autismo, que passou a ser chamado de TEA (Transtorno do Espectro Autista), que sucedeu na última edição da Classificação Internacional de Doenças (CID-10).

Isso ocorreu para classificar e especificar os Transtornos Globais de Desenvolvimento, tanto para o autismo, quanto para os demais associados a este, sendo eles: Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância. Ressalta-se que esse grupo está interligado a *déficits* aparentemente parecidos, ou seja, na comunicação, na interação social, no comportamento e em outras atividades de interesse.

Asperger e Kanner foram pesquisadores que contribuíram para o entendimento do que seria o autismo e suas principais características. Eles observaram algumas crianças com a mesma faixa etária, sendo que algumas falavam, outras não, umas tinham apego obsessivo por determinado objeto, outras faziam movimentos estranhos e repetitivos. Assim, caracterizaram a “Síndrome de Asperger”, para os que apresentavam comportamentos similares ao autismo, só que de forma bem leve e o “Autismo de Kanner”, para os que mostravam um nível mais comprometido (GÓMEZ; TERÁN, 2014)

Segundo a Cartilha dos Direitos da Pessoa Autista, promulgada em 2012 (BRASIL, 2012), uma criança ou adulto que tenha esse diagnóstico e, aparentemente, tenha um bom desenvolvimento na realização das atividades em sociedade e individualmente, nunca deixa de ser autista, pois as características do autismo permanecem por toda a vida, mas podem ser adaptadas com a criação de estratégias de interação e de inclusão das pessoas com autismo.

Segundo Volkmar *et al.* (2004) *apud* Camargo e Bosa (2009, p. 68), “a tendência atual na definição de autismo é a de conceituá-lo como uma síndrome comportamental, de etiologias múltiplas, com intensas implicações para o desenvolvimento global infantil”. Embora ainda não haja marcador biológico definitivo, alguns achados têm demonstrado particularidades. Desde o conceito dado por Kanner, em 1943 sobre o que é o autismo, ainda assim, tem sido muito complexo e enigmático a sua causa, ocasionando muitos desafios, tanto na área de intervenções terapêuticas, quanto na área educacional.

As crianças que apresentam autismo nascem aparentemente normais, sem nenhuma complicação durante o parto, desenvolvem as aquisições motoras adequadamente durante os primeiros meses de vida, sem apresentar nada de diferente no comportamento. Logo após um ano e quatro meses, começa-se a observar na criança certa sensação de solidão e de algo opaco, quando ela chega em média a um ano e seis meses para os dois anos de idade, se aprofundam mais esses aspectos. Em seguida, fica claro que as pessoas definitivamente deixam de existir para elas (GÓMEZ; TERÁN, 2014).

Atualmente, considera-se o autismo como um distúrbio do desenvolvimento, que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do

desenvolvimento humano, como as áreas de comunicação, interação social e aprendizado (MELLO, 2007).

Entende-se que ainda existe a falta de condições apropriadas que garantam a permanência desse aluno na escola, principalmente, no que tange a formação dos profissionais para atuar com a escolarização, uma vez que muitos docentes possuem alunos com autismo em suas salas de aula e não conhecem o que é essa deficiência e quais as melhores metodologias para o ensino com os mesmos. Com isso, o que se tem percebido é o pouco conhecimento sobre essa condição de deficiência, associado também, ao reconhecimento da importância dos métodos de intervenção e a socialização no ambiente escolar.

Fator Histórico-cultural: Influências Motivadoras para a Promoção da Inclusão

Desde o princípio de sua criação e civilização, o homem necessitou de práticas de integração cultural com os outros seres da mesma espécie, assim, ele tem a educação como principal meio de humanização e transformação social. Segundo Ferreira (1999), a palavra educação significa o ato ou efeito de educar-se; processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano. Segundo Suplino (2009, p. 02), entende-se que a escola é o espaço onde a formação do homem é de fato consumada:

O homem moderno passou a necessitar da educação formal para aprender os padrões de comportamento acadêmicos e científicos que passam a ser vistos como sociais. A escola surgiu para dar conta dessa demanda. Ela apareceu para formar (colocar na fôrma) os homens comuns e desenvolver à sociedade os homens civilizados (SUPLINO, 2009, p. 02).

Dentro do contexto histórico, a educação é traçada por períodos de segregação, marcos de uma pedagogia da exclusão que, de certo modo, teve influência no mundo contemporâneo, mesmo em torno de algumas mudanças significativas, contribuindo, dessa maneira, para melhor avaliar o referido “[...] processo de humanização do homem [...]” (CARVALHO, 2007, p. 20), bem como as mudanças ocorridas e o que delas foram herdadas.

De acordo com Fernandes (2006), a Declaração de Salamanca (1994), teve como principal objetivo defender um modelo de escola única para todas as crianças, independente dos fatores de diferenças que cada uma possa ter, sejam eles socioeconômicos, culturais, étnicos, intelectuais etc. Cabendo, desta feita, à escola e todos que dela participam, o acolhimento de todas as crianças. Dessa maneira, faz-se necessário o conhecimento do contexto histórico da Educação Especial, que está dividido em três paradigmas, a saber: a institucionalização, a integração e a inclusão atual.

Na Antiguidade a educação era apenas para os homens livres. As classes que estavam abaixo desse patamar, como, por exemplo, os guerreiros e os escravos, eram excluídos. Estes, particularmente, precisavam da força braçal para a realização do trabalho manual, que na época era o que predominava, para assim, manter a sua sobrevivência (ROMERO; SOUZA, 2008). Os que eram incapazes de realizar esses trabalhos estavam fora do modelo unificado pelo sistema, eram mantidos escondidos, abandonados e/ou executados, por serem considerados sub-humanos.

Pode-se afirmar que o extermínio desses sujeitos segregados na época era algo comum, pois eram considerados como uma ameaça naquele período. Conforme o pensamento arcaico da população da época, essas diferenças causavam desequilíbrios para a sociedade vigente. Santos *et al.* (2004, p. 21) retratam essa questão, quando afirmam que:

Devido à ignorância das causas das diferenças, com frequência, as limitações apresentadas pelas pessoas causavam medo e rejeição a sociedade. [...] Na Grécia Antiga, a palavra estigma se referia a sinais corporais associados a uma condição moral inferior. A pessoa marcada por um estigma devia ser evitada, principalmente, em locais públicos e era marginalizada e excluída do convívio social (SANTOS *et al.*, 2004, p. 21).

O extermínio era visto como algo natural, acreditando-se que não iria provocar sofrimento algum para as vítimas desses descasos. Na mentalidade do povo da Antiguidade, os massacres eram entendidos como se estivessem tirando o sofrimento das pessoas, quem até então, eram vistas como animais (FERNANDES, 2006).

Durante o século XVI surgiu o primeiro paradigma, denominado Institucionalização, em que as famílias, para desenvolverem suas atividades diárias,

organizavam-se de maneira a categorizar o modelo estabelecido pelo sistema único e assim, deixavam de cuidar dos considerados inúteis. Ainda assim, o atendimento de pessoas com algum tipo de deficiência ficou um pouco mais perceptível, mas as tentativas de tratamento estavam limitadas apenas às pessoas cegas e surdas, que possuíam maior probabilidade de se desenvolver dentro do processo industrial (FERNANDES, 2006).

Passando um longo período de reformas em todas as áreas de conhecimento, entre progressos e retrocessos da sociedade, somente no século XX volta-se a pensar com um pouco mais de atenção nas pessoas com deficiência. Isso aconteceu em decorrência da percepção de que os lugares onde eram deixadas as pessoas com algum tipo de transtorno mental ou físico, eram desumanos, sem nenhum tipo de higienização, segurança com relação às estruturas físicas e não proporcionavam proteção à saúde e, muito menos, promoção de tratamento, sendo, portanto, inadequados.

As pessoas consideradas deficientes, deixadas nesses lugares, eram segregadas e impossibilitadas de viver em sociedade, causando também, despesas para o governo, pois os pacientes se tornavam ainda mais não-produtivos, por não terem tratamento específico para a patologia, visto que nesses períodos se tinha a visão de que seriam impossibilitados de executar trabalhos. (ROMERO; SOUZA, 2008).

Dessa forma, surgiu o segundo paradigma, denominado Integração, no qual as instituições deixam de ser locais onde as pessoas eram enclausuradas e passam a funcionar como forma de instruir o paciente para se adequar ao convívio em sociedade e para a realização do trabalho. Esse sistema foca apenas na deficiência do indivíduo, buscando a “normalização” e a adequação da pessoa com *déficit* psíquico para seu preparo nos espaços sociais, como: escolas, igrejas, praças, comércios etc.

O conceito de integração poderia ser resumido em ajustar os alunos com a deficiência à Escola através de ações como encaminhamento às salas de recursos etc. Permanecia a ideia de que a Escola era para um determinado tipo de aluno, os diferentes que se adaptassem para que pudessem permanecer no seu interior (SUPLINO, 2009, p. 03).

No modelo de Integração, visava-se a ideia de que não eram necessárias modificações na estrutura física e no que diz respeito às estratégias de ensino e

aprendizagem das crianças especiais, pois cabia a estes se adaptarem ao espaço escolar, visto que, ao não se adaptarem ao ensino regular, incumbiam apenas a participarem das intervenções feitas em escolas especiais com os especialistas voltados para a área da saúde.

Esse paradigma foi então, considerado de curto prazo em relação ao primeiro, pois não visava a aceitação do indivíduo com necessidades específicas dentro do ensino regular, conseqüentemente em outros meios sociais. Constituía apenas um ensino assistencialista, de acordo com a patologia, não havia adaptações no sistema educacional: as pessoas com necessidades educacionais especiais que teriam que se adequar ao sistema (ROMERO; SOUZA, 2008).

Entre as décadas de 1940 e início de 1950, depois da Segunda Guerra Mundial, mudanças significativas ocorreram na Europa e Estados Unidos, de modo que determinaram o processo de atendimento à pessoa especial. O pensamento de valorização e igualdade do ser humano passa a ganhar maior vigor e são colocados como foco de discussões dentro dos estudos. Dessa maneira, em 1948 foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Foram criados códigos de defesa aos direitos dos cidadãos, através de decisões movidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Dessa forma, o contexto de inclusão das pessoas com deficiência começa a tomar uma nova direção, ainda com muitos percalços.

Logo, surgiu o terceiro paradigma e o atual, que vem sendo estudado, denominado Inclusão social. Diferente do segundo paradigma, este vem causando mudanças dentro do sistema, principalmente no sistema educacional, pois visa o preparo da sociedade para receber a pessoa com deficiência, incluindo e dando suporte cultural e social, na adaptação das instituições públicas e privadas, aceitando a todos os indivíduos, sem discriminação de raça, etnia, nível social e deficiência, para a qualificação de uma educação para todos.

No ano de 1990 aconteceram várias reuniões de grupos colaboradores, que envolviam os órgãos internacionais participantes como da UNICEF e da UNESCO. Dentre estas, se sobressaiu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em 1994, que ocorreu em Salamanca, na Espanha, passando a ser denominada Declaração de Salamanca (FERNANDES, 2006).

Processo de Inclusão Escolar de Alunos Autistas

A criança autista traz consigo uma série de dificuldades, não só para ela mesma, mas também, para todos os indivíduos que estão envolvidos, sendo que entre os afetados, os primeiros são os que compõem a família. Assim como a família, os professores são peças fundamentais nesse processo de desenvolvimento da criança com autismo. Sendo que é na escolarização, que alunos com TEA demandam um grau mais elevado de atenção. Dessa forma, os docentes devem tomar uma postura de inteiro comprometimento com a educação pré-escolar, como já foi abordado, pois, alguns casos de autismo somente se tornam perceptíveis nesse período, cabendo ao professor comunicar à família.

Pessoas com autismo precisam ser compreendidas e aceitas nos diversos espaços sociais, pois é importante que se tornem parte também da sociedade. O autista não pode estar ligado apenas às suas famílias. Ele precisa fazer parte do processo de construção de saberes constitutivos da sociedade. A inclusão se efetiva quando crianças com NEE participam e são envolvidas diretamente em salas de aula regulares.

É fundamental a criação de relações de confiança, respeito e comunicação com os outros, para que o sujeito se torne participativo na cultura e sinta a necessidade de se desenvolver, do contrário as tentativas parecem inúteis. Sobre isso, Grandin (2002, p. 133) diz que “[...] as relações entre as pessoas são como uma porta de vidro de correr que precisa ser aberta com suavidade para não quebrar” (CRUZ, 2014, p. 47).

Dessa maneira fica evidente que o autista incluso na educação regular melhora suas capacidades cognitivas, intelectuais e sociais, pois mediante o convívio entre as relações, eles acentuam seus pontos positivos dentro do tratamento. Segundo Gómez e Terán (2014, p. 534): “a separação dos indivíduos com autismo de um ambiente normal contribui para agravar os seus sintomas. As crianças com autismo têm necessidades especiais, mas devem ser educadas com as mínimas restrições possíveis”.

Havendo um bom relacionamento com crianças com TEA, pode ocorrer a mediação de saberes, pois o professor reflete dentro da sua prática, busca meios, juntamente com os demais participantes da equipe pedagógica, em um currículo flexível e organizado para atender as crianças autistas e estas, por sua vez, irão desenvolver habilidades de acordo com seu próprio tempo de assimilação das

atividades desenvolvidas em sala de aula. De acordo com Gomes *et al.* (2007, p. 18):

Para conseguir trabalhar dentro uma proposta educacional inclusiva, o professor comum precisa contar com o respaldo de uma direção escolar e de especialistas (orientadores, supervisores educacionais e outros), que adotam um modo de gestão escolar, verdadeiramente participativa e descentralizada (GOMES *et al.* 2007, p. 18).

Primeiramente, ao incluir um autista no meio escolar, deve-se ter em mente que não é um método de “adaptação” da pessoa com TEA para a “normalidade”. Isso só irá engessar ainda mais a ideia de uma educação segregada. Alunos autistas evoluem em seu próprio tempo cronológico, algo que deve ser respeitado (CRUZ, 2014).

Dentro da prática pedagógica, a escola na procura de uma visão de integração, muitas vezes, faz esse papel de forma timidamente, cometendo atos errôneos durante esse exercício, por acreditar que, pelo fato de a criança autista apresentar dificuldades motoras, de relacionamento e certas resistências na aprendizagem dos conteúdos dados aos demais alunos da classe, estes não sejam capazes de aprender (CRUZ, 2014).

Posturas como essa devem ser evitadas pelo professor, pois está limitando o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, cabendo ao docente, formular conteúdos flexíveis associados ao assunto abordado em sala de aula, como também, avaliar se o aluno está evoluindo, ou não, de modo que o aluno autista não se sinta que está em uma sala de aula apenas porque é algo garantido pela lei.

A escola, enquanto formadora de opiniões, tem um papel fundamental para quebrar dilemas trazidos do passado, pensamentos ultrapassados de um discurso de modelos idealistas tidos como a verdade, embutidos de preconceito e discriminação. Assim é necessário que o educador entenda e planeje suas ações para que o ensino e a aprendizagem ocorram para todos os alunos, independente das diferenças que venham a existir em sala de aula.

Considerações Finais

Mediante as leituras realizadas, conclui-se que o autismo tem um grau específico de deficiência cognitiva, o qual requer tratamentos pedagógicos

diferenciados. Ao longo desta pesquisa, falou-se da segregação das pessoas consideradas “diferentes” do que a sociedade dita como o ideal. Nisso, foi possível observar, ao longo da história, atos de discriminação cruéis que, na maioria das vezes, levava até mesmo a morte do indivíduo com algum tipo de deficiência. Atualmente, isso se reflete no âmbito escolar, através da falta de uma educação qualificada para esses indivíduos, ocasionado pela falta de conhecimento dos membros escolares a respeito da Educação Especial.

Dentre tantas especialidades, a pesquisa teve como ponto específico, levantar os aspectos do autismo, pontuando o contexto histórico de sua inclusão social, da Antiguidade até os dias atuais. Nesse longo caminho percorrido, ocorreram pequenas conquistas para que os indivíduos com o espectro autista passassem a ser conhecidos, quanto ao seu diagnóstico e, conseqüentemente, deixasse de viver à margem da sociedade.

A responsabilidade de incluir o aluno autista e desenvolvê-lo em seus aspectos pessoais e interpessoais é responsabilidade dos indivíduos que compõe o seio educativo, assim sendo, todos aqueles que direta ou indiretamente convivem com o aluno com TEA, são responsáveis pelos avanços ou pela ausência deles. Daí, a importância de o docente oferecer ao aluno autista atividades diferenciadas, que ajudem no seu desenvolvimento cognitivo, associando estratégias de ensino comportamental, sem fazer distinção entre o aluno autista e os demais. Dentre as atividades que podem ser desenvolvidas com o discente autista, podem ser citadas algumas: cartões de comunicação para aqueles alunos com TEA que não fazem uso da oralidade, PEC's, dado divertido, quadro de rotina, dominós com imagens, jogo das sombras, caixa e livro sensorial, dentre outros.

O professor que busca promover a inclusão de todos os seus alunos, sem fazer distinções, devido suas necessidades educacionais especiais, age frente a todos seus alunos, tendo em vista que, embora com necessidades diferenciadas, todos possuem capacidades de se desenvolver e interagir, buscando formas de trabalhar com o aluno mediante suas dificuldades. Assim, prepara o material para atividades incluindo a todos, estuda a maneira de aplicação aos alunos e busca conhecer o grau de dificuldade do seu público, visando resultados que favoreçam o desenvolvimento do aluno com TEA.

Sabe-se que muitos dos direitos do sujeito autista, enquanto pessoa com deficiência, atualmente foram conquistados, mas só a legislação não garante o cumprimento desses direitos, pois o meio educacional que está em discussão vem passando por causas complexas no descaso quanto a uma educação inclusiva, que ainda hoje não é praticada em sua plenitude, dificultando assim, o relacionamento social entre indivíduos com autismo e as demais pessoas.

Percebeu-se, mediante a pesquisa bibliográfica, que a falta de informação ocorre pela ausência de uma formação continuada dos professores com essa realidade, ou seja, com crianças com autismo ou outra necessidade educacional especial dentro do ensino regular. Muitos docentes atuam sem um preparo adequado para a promoção de um processo de ensino e aprendizagem apropriado, que atenda às necessidades do aluno com TEA, pois, com a falta de informação, ocorre um vínculo empobrecido entre professor e aluno, dificultando o processo educacional.

Por fim, conclui-se que se faz necessário haver uma maior sensibilidade quanto à educação do indivíduo com autismo e a forma de preparo dado ao professor que recebe um aluno com essa síndrome em uma sala regular de ensino. Desse modo, torna-se necessário um preparo prévio do professor, quanto às intervenções para com o aluno autista.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEE; MEC, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Brasil. Rev. Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009.

CARVALHO, Rosita Elder. **Educação inclusiva**: com os pingos nos "is". 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CRUZ, Talita. **Autismo e inclusão**: experiências no ensino regular. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para Educação Especial**. 20. ed. Curitiba: Ibpex, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio século XXI**: o dicionário da Língua Portuguesa. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GOMES, Adriana L. Limaverde *et al.* **Atendimento Educacional Especializado**: deficiência mental. Brasília: SEESP; SEED; MEC, 2007.

GÓMEZ, Ana Maria Salgado; TERÁN, Nora Espinosa. **Transtornos de Aprendizagem e Autismo**: manual de orientação para pais e professores. São Paulo: Editora Grupo Cultural, 2014.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS (DSM 5). Trad.: Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.*; Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli *et al.* 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo**: guia prático. 7. ed. São Paulo: AMA; Brasília: Corde, 2007.

LAGO, Mara. **Autismo na escola**: ação e reflexão do professor. 2007. 171 F. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Cartilha dos Direitos da Pessoa Autista**. Brasília: Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. 10. revisão. 2. ed. São Paulo: EDUSP; 1995.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação**: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine Brandão de. Educação inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual. *In*:

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), VIII., 2008. Curitiba.

Anais... Curitiba: Champagnat, 2008, v. I, p. 3091-3104.

Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/447_408.pdf. Acesso em: 26 abr. 2020.

SANTOS, Cáritas Vanucci Batista *et al.* Módulo Educação Inclusiva. **Revista Gerir**, Salvador, v. 10, n. 36, p.18-61, mar./abr., 2004. Disponível em:

<http://www.liderisp.ufba.br/revistas/gerir%20v10%20n40%202004.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SUPLINO, Maryse. **Inclusão Escolar de alunos com autismo**. Rio de Janeiro: Centro Ann Sullivan do Brasil, 2009. Disponível em:

https://inclusaoescolar.webnode.com.br/_files/200000010-8d32a8e2d2/Inclusao-de-alunos-com-autismo.pdf. Acesso em: 18 abr. 2020.

NOTA: As autoras foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

RECEBIDO: 25/04/2022

RECEIVED: 25/04/2022

RECIBIDO: 25/04/2022

APROVADO: 27/06/2022

APPROVED: 27/06/2022

APROBADO: 27/06/2022

Inclusion of autistic students in regular education: analysis of pedagogical practices

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) is a topic that has been gaining notoriety in current research, especially in the educational area. Thus, this work proposes to carry out a theoretical reflection with emphasis on pedagogical practices aimed at the inclusion of students with ASD in the regular classroom, inserted in the Special Education theme from the perspective of Inclusive Education. Thus, compliance with the most relevant laws for the Special Education group was emphasized, in particular, individuals with ASD. This article aims to promote a reflection on the necessary transformation of schools into truly inclusive spaces, based on the understanding of the importance of access for students with autism to regular schools. In this way, we sought to understand how the teacher who works in regular education develops pedagogical practices in the work of inclusion of autistic students. From this perspective, the theme reaffirms the need for everyone to understand and accept human diversity, and to be able to contribute to the construction of a fair and egalitarian society, leaving the teacher to pay close attention to the needs of each student, focusing on their potential so that, in fact, this student feels included, thus making the teaching and learning process effective.

Keywords: Autism; Inclusive Education; Laws; Teachers.

Inclusión de alumnos autistas en la educación regular: análisis de prácticas pedagógicas

RESUMEN

El Trastorno del Espectro Autista (TEA) es un tema que ha ido ganando notoriedad en las investigaciones actuales, especialmente en el área educativa. Así, este trabajo se propone realizar una reflexión teórica con énfasis en las prácticas pedagógicas dirigidas a la inclusión de alumnos con TEA en el aula regular, insertas en la temática Educación Especial desde la perspectiva de la Educación Inclusiva. Así, se enfatizó el cumplimiento de las leyes más relevantes para el grupo de Educación Especial, en particular, las personas con TEA. Este artículo tiene como objetivo promover una reflexión sobre la necesaria transformación de las escuelas en espacios verdaderamente inclusivos, a partir de la comprensión de la importancia del acceso de los alumnos con autismo a la escuela regular. De esta forma, buscamos comprender cómo el docente que actúa en la educación regular desarrolla prácticas pedagógicas en el trabajo de inclusión de alumnos autistas. En esta perspectiva, el tema reafirma la necesidad de que todos comprendan y acepten la diversidad humana, y puedan contribuir a la construcción de una sociedad justa e igualitaria, dejando al docente la atención a las necesidades de cada alumno, centrándose en su potencial para que, de hecho, este estudiante se sienta incluido, haciendo así efectivo el proceso de enseñanza y aprendizaje.

Palabras clave: Autismo; Educación Inclusiva; Leyes; Maestros